

1 RESUMO EXECUTIVO DA ATA DA 4ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 2014**2 Data:** 23 de setembro de 2014.**3 Horário:** 13h30min.**4 Local:** Edifício Cidade I - Rua Boa vista, 170 - Mezanino - Centro - São Paulo – SP**5 Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:****6 Segmento Estado:**

- 7 • Rui Brasil Assis, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH;
- 8 • Amauri Pollachi, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH;
- 9 • Seica Ono, Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE;
- 10 • Carlos Eduardo Gomes da Rocha, Empr. Metr. de Águas e Energia - EMAE;
- 11 • Sergio Antonio da Silva, Cia. San. Básico Estado de São Paulo - Sabesp;
- 12 • Rubens José Mario Junior – Secretaria da Saúde;
- 13 • Gilson Gonçalves Guimarães – Cia. Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB;
- 14 • Laura Stela Perez, Secretaria do Meio Ambiente – SMA;
- 15 • Marcelo Sacenco Asquino, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional;
- 16 • Silvana Maria Franco, Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SAA;
- 17 • Mônica Therezinha Bartie Rossi – Secretaria da Habitação;
- 18 • Claudia Helena Leite, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitana - EMPLASA; e
- 19 • Gerson Salviano Almeida Filho – Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT.

20 Segmento Municípios:

- 21 • Ricardo Gaspar, São Paulo;
- 22 • Francisco Nascimento de Brito, Prefeito de Embu das Artes;
- 23 • João Carlos P. Ramos, Embu das Artes;
- 24 • José Renato Ferreira, Cajamar;
- 25 • Antonio Carlos Nery Pinho, Mairiporã;
- 26 • Marcos Antonio Dantas Moura, Barueri;
- 27 • Karin Kelly da Silva, Ribeirão Pires;
- 28 • Letícia de Fátima Moraes, Suzano;
- 29 • Marcela Pupin, Santana de Parnaíba;
- 30 • Solange Wu, Salesópolis;
- 31 • Magner Alandey Dantas da Silva, Santo André;
- 32 • João Ricardo Guimarães Caetano, São Bernardo do Campo;
- 33 • Horácio Almeida Pires, São Caetano do Sul; e
- 34 • José Soares Marcondes, Embu-Guaçu.

35 Segmento Sociedade Civil:

- 36 • Silene Bueno de Godoy Purificação, SENAC;
- 37 • José Roberto Kachel, Universidade de Mogi das Cruzes;
- 38 • Ronaldo Sérgio Vasques, FIESP;

- 39 • Francisco de Assis Ramalho Além, CIESP - São Paulo;
 40 • Marcos Antônio Cordeiro, CIESP - Mogi das Cruzes;
 41 • Hilmann Carlos Henrique, CIESP - Cotia;
 42 • César Kenzo Watanabe, Sindicato Rural de Mogi das Cruzes;
 43 • Cristiane Lima Cortez, FECOMERCIO – São Paulo;
 44 • José Roberto Terassi, Associação Comercial, Industrial e Serviços de Embu – ACISE;
 45 • Francisca Adalgisa da Silva, Associação dos Profissionais Universitários da Sabesp – APU;
 46 • Carlos Alberto Pinheiro de Souza, Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo – SASP;
 47 • Maria Del Carmen Adsuara, Assoc. Bandeirante dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de
 48 Santana de Parnaíba - ABEAA;
 49 • Elias Resnichenco Zitune, SECOVI/SP – Sindicato da Habitação;
 50 • Daniel Rodrigues Lourenço, Assoc. dos Eng. E Arq. De Itapeverica da Serra; e
 51 • José Avanito Arraes, Organização – BIOBRAS.

52 **Convidados Permanentes:**

- 53 • Álvaro Diogo Sobral Teixeira, FATEC; e
 54 • Dr. Ricardo Manuel Castro, Ministério Público de São Paulo.

55 **Ausências justificadas:**

- 56 • Teresa Maria Arruda Lana, EMAE;
 57 • Sergio Antonio da Silva, SABESP; e
 58 • Silvio Renato Siqueira, SABESP.

59 **1. Abertura:** O Presidente do CBH-AT, Sr. Francisco Nascimento de Brito, Prefeito de Embu das
 60 Artes, abriu a reunião às 14h00, em segunda chamada, após constatar a existência de *quórum*. **2.**
 61 **Leitura, discussão e votação da Ata da 3ª Reunião Extraordinária de 2014, de 28/07/2014:** Sr.
 62 Rui Brasil (SSRH) submeteu à apreciação a ata, sendo dispensada a leitura e, não havendo
 63 considerações, foi aprovada por unanimidade **3. Leitura do expediente, das comunicações e da**
 64 **Ordem do Dia:** O Sr. Rui Brasil (SSRH) informou que os expedientes mais relevantes, como de
 65 praxe, serão colocados na página do Comitê no SIGRH e que um novo site do Comitê está em
 66 desenvolvimento, devido as limitações do site atual e espera-se estar funcionando em novembro.
 67 Informou que o artigo 2º das disposições transitórias do Estatuto do CBH-AT prevê que neste
 68 mandato sejam feitas as gestões com a FABHAT no sentido de realizar a transição da Secretaria
 69 Executiva para a Agência e que em agosto deste ano foi assinado um Convênio de Cooperação
 70 entre a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e a FABHAT com vistas a tal transferência.
 71 Prossequindo, relatou sobre a baixa frequência de participantes em reuniões de Câmaras e Grupos
 72 Técnicos do Comitê. Destacou que no GT Consultas, por exemplo, em 13 reuniões, há membros que
 73 nunca participaram. Alertou sobre a importância da participação dos representantes, tendo em vista
 74 as rotinas do Comitê e lembrou que em ano de eleição havia disputas para participação nas CT's e
 75 que, com o tempo, a frequência das presenças tem diminuído significativamente. Lembrou que o GT
 76 Consultas é um Grupo Técnico que analisa tudo que é objeto de Licenciamento Ambiental. Finalizou
 77 o assunto solicitando mais uma vez que os técnicos compareçam as reuniões das Câmaras e Grupos
 78 Técnicos, de uma forma geral, para que se tenha um trabalho com melhor qualidade. Informou, como
 79 de praxe, a situação dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo Técnico de Assessoramento para

80 gestão do Sistema Cantareira – GTAG. Sobre o comunicado da Agência Nacional de Águas – ANA,
81 em 19/09/2014, de saída do grupo, informou que o grupo não foi extinto formalmente devido sua
82 formalização ter sido bilateral. O GTAG é um grupo de assessoria, composto anteriormente pela
83 ANA, DAEE, 1 representante dos Comitê Alto Tietê e PCJ e Sabesp e a não participação da ANA e
84 paralização do Grupo não muda as responsabilidades dos dois órgãos gestores: DAEE e ANA e, a
85 partir de hoje, os próximos boletins serão emitidos como ANA e DAEE e não mais como GTAG.
86 Informou que anteriormente haviam sido suspensas pelo DAEE as outorgas no Sistema Alto Tietê e
87 Sistema Cantareira, mas, esta semana foi publicada uma nova portaria do DAEE regulamentando o
88 uso de água do lençol freático em edificações em geral, porque muitos prédios de São Paulo
89 descartam essa água, mas, ela pode ser utilizada para fins não potáveis. A portaria está disponível
90 no site do DAEE. João Ricardo (São Bernardo do Campo), informou que há um Ofício do dia
91 19/09/2014, do presidente da ANA ao superintendente do DAEE, e pediu a licença para fazer a
92 leitura de um único parágrafo: “Considerando as manifestações do Sr. Secretário da Secretaria de
93 Saneamento e Recursos Hídricos, Dr. Mauro Arce, negando a proposta de acordo de limite de
94 retirada de água do túnel 5, apresentada em nome deste Secretário na última reunião do GTAG,
95 realizada em 21/08/2014, e posteriormente acordada entre o Dr. Mauro Arce e o Diretor Presidente
96 da Agência Nacional de Águas, e especialmente pela ausência de recomendações de vazões a
97 serem praticadas do Sistema Cantareira desde o dia 30/06/2014, vimos comunicar a retirada desta
98 Agência do referido grupo, bem como propor a revogação da resolução conjunta ANA/DAEE nº 120”.
99 Sobre o assunto, comentou que o Comitê deve se apresentar em relação ao assunto da crise hídrica
100 apesar da importante pauta desta reunião. Ressaltou a importância do Comitê entender qual é a
101 crise que se instala e quais os motivos que levaram a Agência Nacional a se retirar do grupo e
102 sugeriu do Comitê convidar a ANA e o DAEE para uma discussão. Outro ponto levantado pelo Sr.
103 João Ricardo é que na reunião anterior do Comitê, realizada em 28/07/2014, foi solicitado e atendido
104 que a Sabesp enviasse o Plano de Contingência, e ressaltou a importância de uma reunião plenária,
105 na qual a Sabesp apresentasse e sanasse as dúvidas sobre os encaminhamentos desse plano. Sr.
106 José Arraes (BIOBRÁS) informou que já tinha lido nos jornais o Ofício mencionado e esperou algum
107 tipo de esclarecimento por parte do Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos sobre a saída da
108 ANA e se mostrou favorável à chamada da Sabesp para esclarecimentos. O Presidente do Comitê
109 informou que não haveria chance de uma reunião do Comitê acontecer sem isso ser pautado, pois
110 não faria sentido algum o Comitê se reunir hoje e fingir que nada está acontecendo. Relatou sobre a
111 importância do Comitê ter conhecimento dos reais motivos da saída da ANA para que as pessoas
112 possam se posicionar. Informou também que nenhum órgão gestor pode tomar uma atitude, seja ela
113 qual for, sem conversar com o Comitê, pois o Comitê não está no GTAG para fazer um número e sim
114 como participante desse processo. Solicitou ao Sr. Rui Brasil que informasse, não como membro do
115 Comitê, e sim como representante da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, qual o
116 andamento das obras de curto prazo. Rui Brasil (SSRH) informou que nenhuma obra, a não ser estas
117 intervenções que são feitas no próprio sistema de distribuição, que faz avanço de um sistema para o
118 outro, ou as medidas de gestão da demanda que são basicamente os bônus, diminuição de vazões
119 para redução das perdas, nenhuma outra ação é factível para esta situação emergencial. As obras de
120 curto prazo que estão no planejamento, por exemplo o Rio pequeno, que se coloca neste contexto, a
121 própria interligação do Paraíba, é uma obra chamada emergencial, que cumprida todas as etapas de
122 negociação que estão em andamento, a perspectiva otimista é para 2016, portanto a interligação do
123 Paraíba é a primeira obra que que se pretende colocar para o período de 2016. Quanto ao Rio

124 Pequeno, as obras que temos elencadas no Plano da Macrometrópole, que finalizará suas obras em
125 2018, mas que está, ainda, em verificação a antecipação deste cronograma para 2017. As duas
126 barragens do PCJ, que estão com as perspectivas de finalização das obras no final de 2014 ou início
127 de 2015. Sr. Gilson Guimarães (CETESB), informou que a discussão é ampla, difícil e concordou
128 com a proposta feita pelo Sr. João Ricardo, mas lembrou que há uma pauta desta reunião e o
129 Plenária deve focar-se nela. Sugeriu uma próxima reunião extraordinária com os assuntos que estão
130 sendo abordados e que não estavam na pauta, pois todo o plenário possui dúvidas e desejam que
131 sejam esclarecidas. O Presidente do CBH-AT concordou com o Sr. Gilson e informou que se deve
132 agendar uma reunião do Comitê para discussão do assunto. Foi deliberado então uma próxima
133 reunião Plenária, em duas etapas. Período manhã: Apresentação dos planos de contingência da
134 Sabesp e demais operadores de saneamento da UGRHI 06; Período da tarde: reunião com ANA,
135 DAEE, Sabesp e CBH-PCJ, para entendimento do real motivo de saída da ANA do GTAG e
136 discussão da participação dos Comitês de Bacias na gestão do Sistema Cantareira. **4 - Assuntos a**
137 **Deliberar: 4.1 – Referendum à Deliberação Ad Referendum nº 12 de 07 de agosto de 2014,**
138 **“Retifica e Complementa a Deliberação CBH-AT nº9 de 26 de maio de 2014 e dá outras**
139 **providências:** Ronaldo Vasques (FIESP) informou que de acordo com o artigo 15, parágrafo 2º, do
140 Estatuto do CBH-AT, esta deliberação não poderia ter sido feita Ad Referendum, pois trata de
141 questões finais de aplicação de recursos. Sr. Rui Brasil (SSRH) esclareceu que trata-se de critérios e
142 calendários e, portanto, a Deliberação não faz indicações. O estatuto é claro ao falar de indicação,
143 não de critérios e calendários, e tratava-se de um caso imperativo e urgente e isso foi feito
144 justamente para não prejudicar o processo de análise. O Presidente submeteu à votação e a
145 deliberação foi aprovada com 6 recusas e 5 abstenções. **4.2. – Deliberação nº 13, Aprova parecer**
146 **técnico sobre o EIA/RIMA do Projeto Logum -Trecho Paulínia - RMSP – Santos:** Sr. Carlos
147 Souza (SASP) solicitou ao coordenador do GT Consultas Ambientais que explicasse a questão da
148 tubulação nas represas Guarapiranga e Billings e qual o plano caso haja vazamento ou outro
149 acidente, uma vez que trata-se de duas represas de abastecimento público. Sr. Darcy Brega
150 (Coordenador do GT Consultas Ambientais) respondeu que foi feito vistas e análise do processo do
151 empreendimento na CETESB e também de uma obra semelhante, que foi licenciada e executada
152 pela Comgás, ao longo de toda a represa Billings, onde hoje passa um duto dentro de toda extensão
153 da represa Billings. Foi tirada cópia da documentação final para obtenção das licenças e foram
154 distribuídas para todos os membros, e ainda questionou se o Sr. Carlos tem checado seus e-mails,
155 uma vez que este é membro deste GT. Informou ainda que sugeriu à Sabesp, e esta por sua vez
156 aceitou a sugestão, de fazer uma reunião específica com os empreendedores na Sabesp. Além da
157 análise do EIA-RIMA, o GT Consultas avaliou e levou em consideração o que o Comitê PCJ
158 recomendou sobre a implementação do sistema logístico modal de Etanol, na região dos municípios
159 de Piracicaba, pois souberam de um Inquérito Civil cujo objetivo é apurar detalhes técnicos e
160 jurídicos. Além disso, de acordo com as discussões que tiveram com os empreendedores, foi
161 solicitado para que eles mostrassem as análises e simulações que fizeram de eventuais
162 derramamentos nos reservatórios, assim como análises de sedimentos. O que deu-se uma certa
163 tranquilidade é que devido eles serem transportadores de etanol, qualquer vazamento havido, eles
164 têm que pagar o etanol que vaza, e portanto é um prejuízo imenso para o empreendedor se houver
165 qualquer tipo de vazamento, portanto eles se acercaram de todas as garantias, de válvulas de
166 retenção etc. para que não ocorra nenhum vazamento. Analisando os impactos positivos, verificou-se
167 que este empreendimento traz benefícios enormes, pois retirará um número grande de caminhões

168 nas estradas, evitará emissões de gases efeito estufa, etc. O Presidente do CBH-AT informou que
169 leu este projeto e a ideia é juntar a área produtora de etanol para os centros de consumo de etanol.
170 Este duto em funcionamento significa a retirada de 100 mil caminhões/dia de circulação pelo país e é
171 muito mais arriscado ocorrer um acidente com um caminhão transportando etanol do que nos dutos
172 do empreendimento em questão, até porque todas as emendas da tubulação são georeferenciadas.
173 Srta. Karen Kelly (Ribeirão Pires) solicitou esclarecimento quanto a compensação ambiental, de que
174 forma será feita e como serão distribuídos os valores nos municípios. Sr. Darcy Brega informou que o
175 assunto não se trata de uma matéria que o GT Consultas analisa, porque é a Secretaria do Meio
176 Ambiente quem cuida disso. A deliberação foi aprovada com quatro abstenções. **4.3 – Deliberação**
177 **nº 14 “Indica empreendimentos para financiamento do FEHIDRO com recursos do orçamento**
178 **de 2014 e dá outras providências”**: Sr. Marcelo Asquino (Coordenador da CTGI) informou a
179 rigorosidade no recebimento do material com relação a prazos e critérios. Informou que foi criado
180 pela Câmara Técnica de Gestão de Investimentos um Grupo de Análise de Empreendimentos, que
181 em três reuniões realizou as análises e destacou que alguns empreendimentos tinham claro interesse
182 regional foram classificados como demanda induzida, o que demandou uma proposta de alteração
183 dos limites que o Comitê havia estabelecido em relação aos valores alocados para as demandas
184 espontâneas e induzidas em 2014. O Sr. João Ramos (Coordenador do GT Análise de
185 Empreendimentos) agradeceu o empenho da Secretaria Executiva pela contribuição durante todo o
186 processo. O Grupo definiu que não deveria deixar sobrar recursos e se empenhou para isso.
187 Mencionou dois empreendimentos da CETESB, sendo que um deles ficaria de fora, pois extrapolava
188 o saldo existente. Então, foi solicitado à CETESB que fizesse a adequação dos empreendimentos, o
189 que resultou na fusão dos dois projetos com revisão de custos e contrapartidas. Apresentou
190 brevemente os projetos que foram aprovados explicando as respectivas demandas. Beatriz
191 Gonçalves (SSRH/Secretaria Executiva) informou que ao todo foram 18 empreendimentos
192 protocolizados, com 10 aprovações, porém com a junção dos projetos da CETESB ficaram 9
193 empreendimentos aprovados em 2014. A deliberação em questão foi aprovada com 4 abstenções. **5**
194 **– Informações gerais: 5.1 - Representantes do CBH-AT na Reserva da Biosfera do Cinturão**
195 **Verde**: Sr. José Marcondes (Embu-Guaçu) informou que não há apresentação de nenhum projeto,
196 somente a participação nas contribuições relativas ao que o Comitê discute. Além do planejamento
197 que foi feito, não há nada pontual que se possa trazer ao comitê para ser analisado. Informou ainda
198 que o planejamento foi por ordem de grandeza no sentido praticamente de educação ambiental nos
199 municípios que compõem a Biosfera e que a grande preocupação sobre o problema hídrico, que é a
200 falta de recurso e de planejamento, tem sido bastante discutido assim como a educação ambiental e
201 a lei dos resíduos sólidos. **5.2 - Informações do Coordenador da Câmara Técnica de**
202 **Planejamento e Articulação – CTPA**: Rui Brasil (SSRH) informou que foram concluídos os
203 trabalhos no âmbito da CT para o encaminhamento do Plano da Bacia, que já está em fase de
204 licitação. A CTPA decidiu a forma de como irá propor um critério para indicação dos futuros dirigentes
205 da FABHAT, no sentido de buscar o apoio de uma empresa de RH, que fará uma seleção prévia de
206 profissionais para que, posteriormente, o plenário decida. **5.3 - Informações do Coordenador do GT**
207 **Leis de Mananciais**: Amauri Pollachi discorreu brevemente sobre o GT Leis de Mananciais,
208 informando que o objetivo do grupo é propor minutas de leis de mananciais das áreas que ainda não
209 existem e revisar as leis vigentes, Guarapiranga e Billings. Informou que em 2013 o Comitê aprovou
210 a minuta do ante projeto de Lei da APRM Alto Tietê Cabeceiras, que atualmente está paralisada por
211 conta do trâmite da legislação, que ainda depende de aprovação do Conselho de Desenvolvimento

212 da Região Metropolitana de São Paulo e também de manifestação do Comitê da Baixada Santista,
213 porque uma pequena parte da área destinada a APRM tem uma porção do seu território que drena
214 para a Baixada Santista. O Grupo está fazendo gestões em ambas as instâncias no sentido de
215 agilizar as manifestações e seguir adiante com o processo. No caso da revisão das Leis da
216 Guarapiranga e Billings, começou-se esse trabalho em fevereiro e está em fase final. Foram
217 realizadas aproximadamente 18 reuniões e os assuntos mais polêmicos tratam-se principalmente da
218 questão de áreas de recuperação ambiental, interesse social e licenciamento. Em outubro deste ano
219 devemos ter as conclusões de ambas. A partir de novembro começam a trabalhar nas legislações
220 futuras: Guaió, Cotia, Tanque Grande, Alto Juquiá, Juqueri e Jaguari que são as outras áreas de
221 mananciais da região metropolitana de São Paulo. Informou sobre a realização de uma oficina de
222 trabalho em que foi discutida toda questão da legislação de proteção de mananciais e o relatório
223 desta oficina será divulgado na próxima semana e deverá apontar um rumo para a revisão da própria
224 lei de proteção e legislação de mananciais, Lei 9.866. Sr. José Arraes (BIOBRÁS) informou que como
225 morador da região do Alto Tietê-Cabeceiras fica inconformado com tal absurdo que se ouviu neste
226 momento. “O projeto de Lei da APRM parou porque o Conselho Metropolitano não se reuniu”.
227 Solicitou as gestões ao Presidente do Comitê para que o assunto seja pautado no referido Conselho.
228 Sr. Carlos Souza (SASP) solicitou a última versão da Lei da Guarapiranga. Sr. Amauri informou que a
229 última revisão da Lei da Guarapiranga ainda não foi fechada, pois estão aguardando o fechamento
230 da Lei da Billings, pois alguns aspectos questionados na Billings devem ser trazidos para a
231 Guarapiranga e no momento adequado será divulgado a todos os membros do grupo, inclusive à
232 SASP. O Presidente, em resposta ao Sr. Arraes, explicou que o Conselho de Desenvolvimento
233 Metropolitano de São Paulo era presidido pelo prefeito Fernando Haddad, porém, no momento está
234 sem presidente. Os representantes esperam há mais de oito meses por uma reunião desse
235 Conselho, que não aconteceu ainda, certamente, porque uma das pautas será a escassez hídrica e
236 esta reunião não ocorrerá antes da eleição e espera-se que aconteça logo depois. Na condição de
237 Presidente do Alto Tietê, iremos fazer um ofício solicitando gestões do Sr. Governador, pois é o
238 governo do Estado de São Paulo quem convoca esta reunião. **5.4 - Informações da Coordenadora
239 do GT Gestão da Demanda:** Cristiane Cortez (Fecomercio) informou que o GT continua se reunindo
240 a cada quinze dias, e com a presença do Secovi, avançou-se bastante nos condomínios, e tanto o
241 Secovi quanto à Sabesp tomaram algumas atitudes. No início de outubro o GT pretende monitorar o
242 resultado de um programa da Sabesp, no qual o técnico comparece nas assembleias de condomínios
243 e não somente envia cartazes para os síndicos e zeladores, afim de verificar se de fato ocorre uma
244 sensibilização e este trabalho irá começar pelos maiores consumidores. Outra ação é um treinamento
245 com fabricantes de metais sanitários para que o grande público tenha conhecimento de que existem
246 os economizadores de água, aparelhos de torneiras com menor vazão, pois nas reuniões foram
247 identificadas pessoas que desconhecem a existência desses equipamentos hidráulicos, e está sendo
248 feita uma série de outras ações que já foram encaminhadas à Secretaria Executiva para um
249 programa permanente de Gestão da Demanda. Informou também que todas as atas e ações estão
250 disponibilizadas no site do Comitê. **5.5 - Informações do Coordenador do GT de estruturação da
251 Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico - CTMH:** Amauri Pollachi (SSRH) explicou que o
252 objetivo do grupo é elaborar uma minuta de deliberação para criação da CTMH. As tarefas são
253 discutir os procedimentos relevantes, conhecer experiências das salas de situação, monitoramento,
254 propor procedimentos, propor formas de atuação e locais físicos que a entidade irá abrigar esta
255 Câmara enquanto a FABHAT não tiver pernas próprias para tocar. Informou que foram feitas cinco

256 reuniões e tiveram várias apresentações sobre sistemas de monitoramentos das entidades públicas
257 que atuam no Alto Tietê, por exemplo a sala de situação do PCJ, DAEE, dados de qualidade das
258 águas subterrâneas pela Cetesb, sistema da EMAE de monitoramento hidrológico entre outros.
259 Durante o processo, observou-se diversas dificuldades, como por exemplo, escassez de técnicos
260 para ampliação das redes de monitoramento de qualidade, garantia de manutenção da rede
261 pluviométrica, **que depende de não haver descontinuidade de um contrato que hoje existe com**
262 **a FCTH. Viu-se** também que não há uma obrigação legal de sessão de dados de monitoramento,
263 que na verdade estamos dentro de um contexto, uma parceria com essas entidades. O cronograma
264 agora é concluir em outubro a minuta de atribuição e composição da CT. **5.6 - Apresentação sobre**
265 **o 12º Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos:** Sra. Nadja Soares
266 (BIOBRAS) informou que foram 9 representantes do CBH-AT indicados para o evento, que ocorreu
267 do dia 1º ao dia 4 de setembro. O tema principal do evento este ano foi a questão da água e da
268 energia. Houveram apresentações de diretorias de ensino e representantes de 20 comitês de Bacias
269 Hidrográficas sendo portanto um grande encontro. Os assuntos abordados foram: matriz energética
270 no Brasil e as águas, exploração do gás de xisto e impactos nos recursos hídricos, o desafio da
271 gestão em situação de escassez de água, construção das cidades sustentáveis, água e cooperação.
272 Notou-se a presença forte dos Comitês de Bacias, e entre 2009 e 2010 começou-se a criar nos
273 Comitês as Câmaras Técnicas de Educação Ambiental. Entre 2010 e 2011 o Secretário de Recursos
274 Hídricos e o de Educação fizeram um acordo em que cada Câmara Técnica de Educação Ambiental
275 fosse liberado, via diário oficial, a participação dos coordenadores pedagógicos das diretorias de
276 ensino e isto vem acontecendo desde então. Informou que no Comitê Alto Tietê não há Câmara
277 Técnica de Educação Ambiental, mas estão sendo criados Grupos Técnicos nos Subcomitês
278 voltados para a Educação Ambiental. **6. Outros assuntos:** O Presidente informou que a próxima
279 reunião Comitê será realizada no dia 03/10/14, em duas etapas, em local a ser definido. Francisco
280 Piza (FABHAT), informou que a situação da Agência está crítica nesse início da Cobrança pelo uso
281 da água, pois, os recursos arrecadados não podem ser utilizados para custeio da Agência. Explicou
282 que se tem gastos fixos mensais da ordem de 45 mil reais e tem-se entradas somente da Secretaria
283 da Habitação, do município de São Paulo, então tem-se um déficit mensal acumulado de 25 mil reais
284 com as seguintes pendências a serem pagas: dívidas das gestões anteriores moldada hoje em 550
285 mil reais, remuneração e atrasos imediatos. Em relação a cobrança pelo uso da água, até ontem
286 foram arrecadados 8,9 milhões e previstos até dezembro 16 milhões de reais. Para que haja
287 continuação da FABHAT, é necessário que as prefeituras acertem os débitos até que se tenha o
288 repasse de até 10% para custeio da Cobrança, que se refere ao artigo 8º da Lei 10.020. O
289 Presidente do CBH-AT fez um encaminhamento para tentar superar tal situação. Propôs uma reunião
290 com todos os prefeitos atuais e ressaltou que não deveria ter essa reunião somente com as
291 prefeituras acordadas e sim com todas as prefeituras do Comitê, para se fazer uma contribuição de
292 acordo com o tamanho de cada município. Francisco Piza (FABHAT) sugeriu fazer esta reunião,
293 porém primeiramente com as prefeituras que acordaram para a existência da FABHAT e
294 posteriormente com as outras prefeituras. O Presidente se comprometeu a verificar as agendas e
295 acompanhar Sr. Francisco Piza nas reuniões. O Secretário do CBH-AT informou que a Secretaria
296 Executiva está na mesma sede da FABHAT, de acordo com o Convênio de Cooperação firmado
297 entre a SSRH e a FABHAT, conforme previsto no Estatuto. No Convênio está previsto um rateio das
298 despesas em função da área ocupada pelas partes. Nada mais a se tratar, o Presidente declarou

299 encerrada a reunião. Esta ata constitui o resumo dos registros magnéticos da gravação da íntegra da
300 reunião e foi elaborada pela Secretaria Executiva do CBH-AT.